

Título: “Estratificação educacional no ensino superior”

Fernandes, Danielle*, Guimarães, Aline**

Universidade Federal de Minas Gerais, *Professora Associada.

Universidade Federal de Minas Gerais, **Pós Doutorado

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir a respeito da transição da juventude para a vida adulta, partindo da conclusão do ensino superior e posterior entrada no mercado de trabalho. Toma como referência um estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, no ano de 2006, a respeito de ex-alunos que se formaram nesta universidade em períodos distintos: 1980, 1990, 1995 e 2000. O objetivo principal do artigo consiste em investigar os limites e as possibilidades que esses egressos encontraram no que diz respeito às suas trajetórias no mercado de trabalho medidas a partir da renda e do prestígio ocupacional por eles alcançado. Toma como reflexão teórica o embate entre por um lado, análises meritocráticas e por outro lado, a chamada teoria da reprodução social. Desse modo, considera variáveis de origem e de capital humano, investigando o efeito destas, mediante a conclusão do ensino superior, para compreender a respeito das barreiras e das novas possibilidades para a transição intrageracional dos egressos que compõem o estudo. A realização deste estudo se faz relevante, pois pretende investigar a respeito dos processos de ruptura ou a manutenção das estruturas de desigualdade já marcadamente identificadas, a partir de diversos estudos que tratam a respeito da temática da desigualdade social no Brasil. Além disso, diante do recente contexto de expansão do ensino superior no Brasil, para jovens de origem pobre e dentre estes também negros, que vêm se desenvolvendo tanto nas universidades públicas, a partir das cotas e do Reuni, quanto das instituições de ensino superior particulares, a partir dos programas Fies e ProUni. A investigação pretende projetar possíveis cenários para as trajetórias desses jovens, mediante a atual perspectiva do governo federal que considera a promoção da inclusão social a partir do acesso à educação superior.

Introdução

O presente trabalho tem como preocupação central realizar uma reflexão a respeito dos processos de transição da juventude para a vida adulta, de concluintes do ensino superior e suas conquistas profissionais. Mediante a diversidade social e racial que compõem a amostra sobre a qual o estudo se baseou, pretendeu-se investigar possíveis

variáveis explicativas a respeito das suas trajetórias profissionais no mercado de trabalho, a partir da renda e prestígio ocupacional alcançados.

O trabalho se baseia em dados referentes a jovens que estudaram na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, mas pretende, a despeito das limitações existentes, devido às especificidades da amostra¹, refletir sobre a expansão do acesso ao ensino superior, que vem ocorrendo no país a partir de meados dos anos 2000, e possíveis efeitos que a conclusão desta etapa pode significar do ponto de vista das suas trajetórias profissionais após a saída da universidade e sua posterior inserção no mercado de trabalho.

Propõe, a partir de uma análise estatística inferencial, realizar uma análise a respeito da transmissão da desigualdade ou de uma ruptura com a determinação das variáveis que representam, a origem socioeconômica, gênero e raça, refletindo sobre o alcance profissional desses alunos egressos, seja do ponto de vista do prestígio ocupacional², seja da renda que tenham alcançado.

Além das variáveis de origem, pretende-se investigar também as variáveis de capital humano que representam atributos adquiridos após a conclusão da faculdade, e sua capacidade explicativa do alcance profissional dos egressos.

Trata-se de refletir a respeito do contexto do Brasil moderno e democrático, seus limites e possibilidades concernentes à geração de estratégias eficientes para que os jovens que estão sendo beneficiados pelos atuais programas de expansão do acesso à educação superior, conseguirão ou não, romper com as rígidas estruturas das desigualdades sociais construídas ao longo de toda a história brasileira e que a grande maioria dos trabalhos acadêmicos, já consolidados a respeito das desigualdades sociais no país,

¹ Que contempla apenas jovens que estudaram na Universidade Federal de Minas Gerais, que se formaram nos anos de 1980, 1985, 1990 e 1995, em 22 cursos de graduação (Administração, Arquitetura, Belas Artes, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Economia, Comunicação Social, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Física, Fisioterapia, Geologia, História, Letras, Matemática, Odontologia, Veterinária, Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional).

² O prestígio ocupacional será abordado a partir da escala de Treiman (Gazeboon, Treiman, 1996). Sua escala foi utilizada para sintetizar as categorias das ocupações dos pais dos entrevistados assim como dos próprios egressos (entrevistados) na Pesquisa “Acompanhamento de Egressos de Cursos da Graduação de UFMG – 1980 – 2000”.

abordou. (PASTORE, SILVA, 2000; SCALON, 1999; SANTOS, 2002; FERNANDES, 2004; COSTA RIBEIRO, 2007).

1-Investigando a transmissão da desigualdade no contexto do acesso à educação: Hipótese Meritocrática x Reprodução Social no mercado de trabalho

Os estudos relacionados aos processos de transmissão intergeracional e intrageracional das desigualdades sociais realizados contemporaneamente conseguem identificar a existência de uma série de mecanismos sociais que interferem na distribuição de oportunidades e na construção da desigualdade social nas mais diversas sociedades.

Dentre as linhas teóricas que abordam essa temática, insere-se por um lado, o debate de análises funcionalistas e meritocráticas que estão presentes na teoria da modernização (Hipótese Meritocrática) e, por outro, reflexões de caráter estruturalistas, sobretudo, aqui representadas pela teoria da reprodução social.

Desse modo, os estudos sociológicos a respeito das desigualdades sociais propõem-se a compreender os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais relacionando-os, sobretudo, a processos de transmissão intrageracional e intergeracional da desigualdade.

As análises de transmissão intrageracionais, realizadas principalmente em estudos meritocráticos, buscam investigar quais fatores influenciam na trajetória dos indivíduos ao longo da sua inserção no mercado de trabalho. Foca suas análises em variáveis de caráter individual, sobretudo, ligadas aos aspectos adquiridos pelos indivíduos como anos de escolaridade, experiência de trabalho e estoque de capital social que os indivíduos possuem, entre outras.

A transmissão intergeracional, investigada, sobretudo, nos estudos a respeito da reprodução social da desigualdade, consiste em analisar a capacidade de variáveis relacionadas às origens dos indivíduos, influenciarem e ou, até mesmo, determinarem as posições que estes ocupam no que diz respeito ao tipo de trabalho que realizam, renda e prestígio social. São variáveis como raça, gênero, classe social, e características de background familiar como escolaridade dos pais, renda, status socioeconômico, entre outros aspectos.

Desse modo, as análises intergeracionais pretendem investigar o efeito que estas variáveis possuem nas trajetórias de vida dos indivíduos. Trata-se de analisar a influência das gerações anteriores, na reprodução da desigualdade entre uma geração e outra. Estes estudos propõem-se a investigar os efeitos que a origem tem sobre o destino dos indivíduos. Nas análises intrageracionais foca-se apenas em aspectos adquiridos pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias profissionais.

Neste caminho, entre origem e destino, seja nos estudos intergeracionais, seja para estudos intrageracionais, uma importante variável analisada tem sido o efeito que a educação possui. Busca-se compreender a relevância da educação na construção de novas oportunidades de mobilidade ascendente (mobilidade intrageracional) ou na manutenção da desigualdade causada por variáveis de origem, analisando a dinâmica da transmissão intergeracional das desigualdades.

A respeito destas reflexões, sobretudo do papel da educação na mobilidade intrageracional, ganha destaque um forte debate internacional que se propõe a analisar empiricamente a chamada “Hipótese Meritocrática”.

A Hipótese Meritocrática, situa-se nos pressupostos da teoria da modernização e propõe que o desenvolvimento econômico levaria inevitavelmente à queda da desigualdade social nas mais diversas sociedades. As sociedades modernas e industrializadas passariam por um processo de universalização dos níveis básicos educacionais que por sua vez, promoveria a igualdade de oportunidades, levando os mais aptos a serem mais bem recompensados, independentemente de sua origem socioeconômica.

O desenvolvimento das sociedades industrializadas levaria a uma crescente valorização do conhecimento, ou seja, de uma mão de obra capacitada para a execução de tarefas que passariam a exigir cada vez mais qualificação para o exercício de tais funções. (TREIMAN, 1970).

Desse modo, na perspectiva da teoria da modernização, haveria uma maior tendência à mobilidade social nas sociedades mais industrializadas, que seria fruto do processo de abertura e ampliação dos sistemas educacionais, da valorização do trabalho

especializado e em contrapartida, haveria uma redução significativa da influência do status ocupacional dos pais, assim como da escolaridade destes, na aquisição escolar e ocupação dos filhos.

A partir de uma crescente ampliação do acesso à educação formal, os indivíduos seriam colocados em uma competição justa, valorizando suas diversas potencialidades individuais, na disputa por melhores oportunidades no interior das relações sociais.

Nesta perspectiva, a educação seria um mecanismo de equalização das desigualdades existentes, tendo em vista a suposta igualdade de oportunidades para indivíduos de origem socioeconômica desiguais, raças e gêneros diferentes.

O mercado tenderia a se comportar de forma perfeitamente meritocrática, valorizando aqueles com maior capacidade de trabalho e mais aptos a realizarem suas tarefas.

Entretanto, observa-se contemporaneamente, a partir de estudos empíricos realizados em diversos países analisados por Blossfeld e Shavit (1993), Coleman (2008), Mosteller e Moynihan (2008), Jencks (2008), Bowles e Gintis (2008), que o acesso à educação não teria sido responsável por uma redução das desigualdades existentes. Ao contrário, teria reforçado estas desigualdades.

Além disso, os referidos estudos têm demonstrado diferenças significativas no que se refere às trajetórias educacionais de alunos negros, além da desigualdade observada para além destas trajetórias educacionais, no que se refere à inserção diferenciada desses indivíduos no mercado de trabalho, principalmente das mulheres.

Para além do acesso, e da universalização da educação (básica e posteriormente, secundária), em diversas sociedades, tendo em vista a manutenção de estruturas de desigualdades, observam-se grandes falhas explicativas da teoria meritocrática-funcionalista. Em que pese o reconhecimento dos processos de universalização da educação básica, e em diversas sociedades, também no nível secundário, observa-se que o acesso à educação não foi suficiente para apresentar ganhos significativos no que se refere a rupturas com as desigualdades existentes do lado de fora das escolas, e que se

reproduzem no interior das instituições de ensino, como também, posteriormente, no mercado de trabalho.

Tais aspectos chamam atenção para a desigualdade de acesso à educação formal que dificulta não só a possibilidade de crianças e jovens pobres concluírem etapas mais altas na trajetória escolar, como também, após a sua conclusão, serem capazes de conquistar de melhores posições no mercado de trabalho, caracterizando uma difícil probabilidade de alcance de mobilidade ascendente de longa distância para indivíduos de origem socioeconômica pobre, em especial, negros e mulheres.

Entretanto, no que diz respeito à educação superior propriamente, alguns estudos como os de Shavit, Arum e Gamoran (2007) e o de Attewell e Lavin (2007) vêm chamando atenção para a relevância da expansão do ensino superior e a promoção de maior inclusão social, a despeito da manutenção das desigualdades.

A expansão dos sistemas de educação superior em diversos países tem demonstrado que, com o tempo, e a ampliação desses sistemas, haveria mais inclusão de membros de estratos menos favorecidos, cada vez mais nas universidades. (SHAVIT, ARUM, GAMORAN, 2007). Além disso, que a própria conclusão do ensino superior, poderia ser responsável por conquistas significativas de renda e melhores ocupações no mercado de trabalho, além de potencializar uma importante ruptura no que diz respeito à transmissão intergeracional da desigualdade, rompendo com o ciclo de pobreza de uma geração (ex-alunos universitários) para outra (seus filhos), mesmo observando-se as desigualdades de classe e raça ainda existentes. (ATWELL, LAVIN, 2007).

Desse modo, faz-se importante analisar para o caso brasileiro, a partir de uma reflexão empírica, os processos de transição da juventude para a vida adulta daqueles que já concluíram o ensino superior e já estão no mercado de trabalho há mais de 6 anos³, a despeito das diferentes origens socioeconômicas e raciais, buscando investigar após a

³ Os dados da pesquisa de Egressos da Universidade Federal de Minas Gerais de 2006 são referentes a alunos egressos de vinte e três cursos da universidade entre os anos de 1980 e 2000. Desse modo, constam na amostra, alunos que já se formaram há mais de 25 anos (tomando como referência 2006), o que possibilita uma análise bastante consistente do ponto de vista da inserção destes investigados no mercado de trabalho, além de possibilitar investigações consistentes sobre as gerações futuras (entre aqueles que tiveram filhos).

conclusão do ensino superior, quais seriam as principais variáveis intervenientes nas suas trajetórias profissionais, sua renda e ocupações. Além disso, investigar em que medida a educação superior foi importante para promover uma ruptura com a transmissão intergeracional da desigualdade.

2-Os modelos investigativos

Com o objetivo de investigar a respeito das principais variáveis intervenientes no prestígio ocupacional e renda após a conclusão do ensino superior e posterior entrada no mercado de trabalho, elaboramos dois modelos de regressão linear multivariada para identificar, dentre variáveis de origem (social, racial, gênero e econômica) o efeito e ou ruptura destas, caracterizando uma análise de transmissão intergeracional.

Além disso, foram inseridas variáveis que representam aspectos adquiridos pelos entrevistados após a conclusão do ensino superior (pós-graduação lato-senso e strito-senso), investigando desse modo, o efeito dessas variáveis na trajetória profissional, análise intrageracional.

Primeiro modelo:

Variável dependente 1: renda individual mensal do egresso.

Equação que representa o modelo:

Renda individual mensal do egresso (Y) = Constante + Educação da mãe (coeficiente)+Prestígio ocupacional do pai (coeficiente) + Tipo de escola que o egresso estudou (coeficiente) + Raça (coeficiente) + Gênero (coeficiente) + Ter feito especialização (coeficiente) + Ter feito mestrado (coeficiente) + Ter feito doutorado (coeficiente) + Coorte de conclusão da graduação (coeficiente) + soma dos erros aleatórios.

Avaliando as variáveis intervenientes no alcance da renda:

Tabela 1- Regressão linear referente ao modelo 1

Variáveis independentes do modelo	Coefficientes não-standardizados ou estimados-B	Erro padrão	P valor
Constante	7,757	0,084	0,000
Escolaridade da mãe	0,021	0,012	0,079
Prestígio ocupacional do pai	0,003	0,001	0,093
Tipo de Escola que o entrevistado estudou	0,083	0,018	0,049
Sexo	0,372	0,042	0,000
Raça (dummy)	0,105	0,046	0,024
Realizou especialização (pós-graduação lato sensu)?	0,225	0,040	0,000
Realizou mestrado (pós-graduação stricto sensu)?	0,382	0,055	0,000
Realizou doutorado?	0,062	0,085	0,461
Coorte de conclusão do curso	-0,156	0,018	0,000

Variável dependente: Logarítmico neporiano da renda individual mensal

Fonte: Base de dados da pesquisa de Egressos UFMG

A partir do modelo de regressão acima, observamos que as variáveis de origem escolaridade da mãe e prestígio ocupacional do pai não são significativas para predizer o alcance da renda do filho (entrevistado) se mantidas constantes as demais variáveis.

Entretanto, ter estudado em escola privada, o que significa sair da categoria 0 para a categoria 1, aumenta em 0,08% a renda do entrevistados, considerando-se as demais variáveis constantes.

Ser homem, o que significa sair de 0 para 1 (variável categórica binária) aumenta em 0,37% a renda do entrevistado, mantendo-se as demais variáveis constantes.

Em relação à raça, ser branco, significa ter uma renda superior em 0,11% em relação aos não brancos, mantendo-se as demais variáveis constantes.

No que diz respeito às características adquiridas após a conclusão da graduação, ter feito especialização e mestrado, são variáveis importantes para predizer a renda dos entrevistados. Aqueles que realizaram especialização lato sensu possuem uma renda 0,23% maior que aqueles que não fizeram. Dentre os que fizeram mestrado, houve um aumento na renda de 0,38% em relação àqueles que não fizeram se mantidas as demais variáveis constantes. Ter feito doutorado não foi significativo para predizer a renda dos entrevistados, em relação ao modelo exposto.

Segundo Modelo:

Variável dependente 2: prestígio ocupacional do entrevistado (egresso).

Equação que representa o modelo:

Prestígio ocupacional (Y) = Constante + Educação da mãe (coeficiente)+Prestígio ocupacional do pai (coeficiente) + Tipo de escola que o egresso estudou (coeficiente) + Raça (coeficiente) + Gênero (coeficiente) + Ter feito especialização (coeficiente) + Ter feito mestrado (coeficiente) + Ter feito doutorado (coeficiente) + Coorte de conclusão da graduação (coeficiente) + soma dos erros aleatórios.

Avaliando as variáveis intervenientes no alcance do Prestígio Ocupacional

Tabela 1 - Regressão linear referente ao modelo 2

Variáveis independentes do modelo	Coefficientes não-standardizados ou estimados – B	Erro padrão	P valor
Constante	57,628	1,228	0,000
Escolaridade da mãe	0,150	0,167	0,369
Prestígio ocupacional do pai	0,033	0,021	0,120
Tipo de Escola que o entrevistado estudou	0,547	0,598	0,361
Sexo	-1,510	0,584	0,010
Raça (dummy)	0,473	0,671	0,481
Realizou especialização (pós-graduação lato sensu)?	1,875	0,560	0,001
Realizou mestrado (pós-graduação)	7,332	0,779	0,000

stricto sensu)?			
Realizou doutorado?	6,416	1,198	0,000
Coorte de conclusão do curso	-0,478	0,266	0,073

Variável dependente: Prestígio ocupacional do entrevistado

Fonte: Base de dados da pesquisa de Egressos UFMG

Analisando a respeito do prestígio ocupacional alcançado pelos entrevistados, observamos que assim como no modelo anterior, as variáveis de origem: educação da mãe, prestígio ocupacional do pai e além destas, o tipo de escola que o entrevistado estudou antes de entrar na universidade, não são significativas para predizer o prestígio ocupacional dos entrevistados.

Assim como no teste anterior, o sexo também consiste em variável preditiva do prestígio ocupacional, mas possui um efeito inverso em relação à renda. Ser homem significa um alcance inferior em 1,51 pontos na escala de prestígio, se mantidas constantes as demais variáveis do modelo.

Em relação à raça, esta deixou de ser significativa na capacidade preditiva do prestígio ocupacional, com p valor igual 0,48, ou seja, maior que 0,05 (valor limite que define a associação entre a variável independente em relação à dependente).

Quanto às características adquiridas a partir da continuidade dos estudos, todos os níveis de pós-graduação são significativos para predizer o prestígio ocupacional dos entrevistados. Mantendo-se as demais variáveis constantes, aqueles que fizeram especialização lato sensu possuem 1,88 pontos a mais na escala de prestígio que aqueles que não fizeram; aqueles que fizeram mestrado possuem 7,33 pontos a mais na escala de prestígio e aqueles que fizeram doutorado possuem 6,42 pontos a mais na escala de prestígio em relação àqueles que não fizeram.

3-Considerações Finais

A despeito da confirmação da desigualdade racial e de gênero observadas, pode-se dizer que a origem foi pouco significativa para explicar o alcance da renda dos entrevistados,

pois apenas o tipo de escola que o entrevistado estudou (pública ou privada) apresentou-se como um preditor estatístico da renda no modelo, com coeficiente - 0,08, inferior aos coeficientes das variáveis sexo, raça e também dos atributos de capital humano (especialização e mestrado).

Observou-se, contudo, que a continuidade dos estudos consiste em fator muito importante para explicação dos salários dos entrevistados.

Em relação ao prestígio ocupacional, observamos que as variáveis de origem socioeconômica, e raça não se configuraram como variáveis com capacidade preditiva no modelo que elaboramos. A variável sexo se mostrou positiva em relação às mulheres, diferentemente do resultado observado em relação à renda. E as características adquiridas com mais anos de estudo foram todas elas significativas.

Os resultados observados chamam atenção para efeitos positivos de ruptura das desigualdades intergeracionais. Desse modo, partindo da conclusão do ensino superior, pode-se dizer que as variáveis de origem social foram neutralizadas pelas variáveis de capital humano, aqui representadas pelas variáveis de especialização,⁴ que passaram a prever o alcance (1) da renda e (2) do prestígio ocupacional, neutralizando, desse modo, a transmissão intergeracional da desigualdade.

Entretanto, faz-se importante destacar que a raça consiste em uma variável significativa para explicar o alcance da renda, mas não foi relevante para explicar o alcance do prestígio ocupacional.

Desse modo, os resultados apresentados, aparentemente, levam a crer, com relação ao prestígio ocupacional, que a raça tenha perdido sua capacidade explicativa, quando considerada em relação aos atributos adquiridos pelos ex-alunos após a conclusão do ensino superior, como as especializações aqui analisadas.

Assim, o maior investimento em educação não elimina o efeito da raça sobre o alcance da renda, mas eliminou seu efeito sobre o alcance do prestígio ocupacional. Fator que

⁴ Tratam-se das variáveis que representam cursos de especialização lato sensu e stricto sensu, que os entrevistados realizaram.

pode significar mudanças positivas ao longo do tempo. A partir da conquista de ocupações de maior prestígio, mediante a conclusão do ensino superior, este pode significar um passo significativo para a conquista de salários mais equitativos em relação aos brancos.

Em geral, podemos afirmar, a partir dos modelos que foram testados, que ter feito especialização (pos-graduação lato sensu) e mestrado, são fatores relevantes para explicar o alcance de rendas mais altas. Além destas, também o doutorado, significam variáveis importantes para explicar o alcance de ocupações de maior prestígio para os ex-alunos.

Desse modo, contrariando os achados da teoria da reprodução social, as variáveis relacionadas aos atributos adquiridos pelos ex-alunos, após a conclusão do ensino superior, se mostraram bastante capazes de predizer o alcance da renda e do prestígio ocupacional dos ex-alunos da UFMG.

Além da raça, apenas a variável sexo, dentre as variáveis de origem avaliadas, se mostrou relevante nos modelos que tomaram como variável dependente a renda. Os resultados observados mostraram que as mulheres possuem rendas inferiores às dos homens, embora ocupem em média, cargos de maior prestígio, e tenham nível de escolaridade bastante semelhante ao dos homens.

A partir dos principais achados do presente estudo, encontramos que o acesso à educação superior aparentemente teria influenciado positivamente para que o alcance ocupacional e renda dos entrevistados não apresentasse associação com variáveis de origem, que tradicionalmente, conforme diversos estudos apresentaram, ainda seriam explicativos das trajetórias profissionais dos indivíduos. (PASTORE, SILVA, 2000; SCALON, 1999; SANTOS, 2002; COSTA RIBEIRO, 2007)

A despeito da variável sexo, e da variável raça, ambas em relação ao alcance da renda, em relação às demais variáveis de origem, sobretudo, a origem socioeconômica, estas não foram capazes de predizer o alcance profissional e renda dos entrevistados, contrariando a teoria da reprodução social, conforme abordado inicialmente.

Seja do ponto de vista do prestígio ocupacional alcançado pelo indivíduo, seja da sua renda obtida a partir do seu trabalho, os resultados do presente estudo, para os ex-alunos da UFMG, chamam atenção para a capacidade explicativa das características adquiridas por eles após a conclusão da graduação, como especialização lato sensu, mestrado e doutorado. Mais anos de estudo corresponderam a maior renda e ocupações de maior prestígio.

Os achados contrariam em alguma medida a teoria da reprodução social e apontam para uma possível ruptura da transmissão intergeracional da desigualdade para aqueles que fizeram ensino superior, assim como para aqueles que deram continuidade aos seus estudos.

Os resultados, a despeito das limitações da presente amostra, acenam positivamente para os investimentos atuais do governo federal na ampliação do acesso à educação superior para jovens de origem pobre e entre estes, negros, para sua inserção social e ruptura com a transmissão intergeracional da desigualdade.

Referências Bibliográficas

ARUM, Richard; GAMORAN Adam; SHAVIT Yossi. (2007). More Inclusion Than Diversion: Expansion, Differentiation, and Market Structure in Higher Education. In: Stratification in Higher Education: A Comparative Study. Stanford University Press. Stanford California. (1-35).

ATTEWELL, Paul; LAVIN, David E. (2007). Passing the Torch: does higher education for the disadvantaged pay off across the generations? Russel Sage Foundation. (p.1-78).

BLOSSFELD, Hans-Peter; SHAVIT, Yossi. (1993). Persistent Inequality: changing educational attainment in thirteen countries. Westview Press. (1-24; 351-376).

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. (2008). Promessas Quebradas: Reforma da escola em retrospectiva. In: Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte, Editora UFMG. (p.90-105).

COSTA RIBEIRO, C. (2007). Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil. Bauru – SP: EDUSC. (p.101-208).

FERNANDES, D. (2005). Estratificação Educacional, Origem Socioeconômica e Raça no Brasil: As Barreiras da Cor. In: IPEA. Prêmio IPEA 40 Anos – IPEA – Caixa 2004: Monografias Premiadas. Brasília: IPEA. (p.21-72).

JENCKS, Christopher. 2008. Desigualdade no Aproveitamento Educacional. In: Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte, Editora UFMG. p.50-66.

MOSTELLER, Frederick; MOYNIHAN, Daniel P. 2008. Um Relatório Inovador. In: Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte, Editora UFMG. p.33-49.

PASTORE, J.; SILVA, N. 2000. Mobilidade social no Brasil. São Paulo: MAKRON Books. (PP.15-82).

SANTOS, J. 2002. Estrutura de Posições de Classe no Brasil: Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda. Belo Horizonte: Editora UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ.

SCALON, C. 1999. Mobilidade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ. (PP.111-136).

TREIMAN, Donald J. 1970. Industrialization and social stratification. In: Social Stratification: Research and Theory for the 1970's. The Bobbs-Merrill Company, Inc. Indianapolis New York. (207-234).